

-----**ATA N.º 2/2022**-----

-----Aos vinte e nove dias, do mês de abril, do ano de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu Ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona. -----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pela Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva e pelo Senhor Deputado Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques, na qualidade de primeira e segundo secretários, respetivamente, declarou aberta a sessão. -----

-----Depois de cumprimentar todos os presentes, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu ao público presente, e a quem seguia a transmissão *online* desta sessão. -----

-----De seguida, deu conhecimento de que a Senhora Deputada Mariana Flor Neves dos Santos informou, via correio eletrónico, datado de vinte e um de abril de dois mil e vinte e dois, com registo de entrada número vinte e três, que iria estar ausente no período compreendido entre os dias vinte e oito de abril e cinco de maio, tendo solicitado a sua substituição. Nesse sentido, e nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, a Senhora Ana Cristina Dias Pires. -----

-----Deu conhecimento que o Senhor Deputado Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva comunicou, via correio eletrónico, datado de vinte e dois de abril de dois mil e vinte e dois, com registo de entrada número vinte e cinco, que iria estar ausente na presente sessão, solicitando a sua substituição. Assim, nos termos da Lei, foi convocado o membro seguinte da lista do PSD, o Senhor Davide Lopes Pereira. -----

-----Por fim, informou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão, André Diogo de Jesus Correia, se fez representar pelo seu Tesoureiro Nelson Pina Soares. -----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:** -----

-----José Miguel Neves Figueiredo; -----

-----Joaquim Lopes de Abreu; -----

-----Alexandra Isabel Henriques Sena; -----

-----Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva; -----

-----Carlos Miguel da Costa Cunha; -----

-----Francisco José Pereira Marques Cabral; -----

-----Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques; -----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá; -----

-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar; -----

-----Ana Cláudia Rodrigues Marques; -----

-----Ana Cristina Dias Pires, em substituição da Senhora Mariana Flor Neves dos Santos; -----

-----Davide Lopes Pereira, em substituição do Senhor Tiago Alexandre Dias dos Santos Silva; -----

-----José Jorge Silva; -----

-----Vera Patrícia Caçador de Almeida Rebelo; -----

-----António Santos; -----

-----Ricardo Jorge Almeida Coelho; -----

-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal; -----

-----João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana; -----

-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro; -----

-----Bruno Alexandre Castro de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro; -----

-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----

-----Paulo dos Santos Cunha, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----

-----Nelson Pina Soares, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Maçal do Chão, em representação do Senhor André Diogo de Jesus Correia; -----

-----Francisco Duarte Amaro Coito, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal; -----

-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----

-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira; -----

-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----

-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; -----

-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz; -----

-----Fernando Fonseca Veiga, Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----**Faltou a esta sessão o seguinte membro:**-----

-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela; -----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, Teresa Ferrão Cardoso, José Alfredo de Almeida Silva e Maria Teresa Carvalho Campos Meireles da Cunha.-----

-----  
-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----  
-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”. -----  
-----

-----Esteve presente nesta sessão, o cidadão Albino Bárbara que após cumprimentar todos os presentes, recordou que numa Assembleia Municipal, do anterior mandato, foi aprovada, por unanimidade, uma Moção de Apoio à Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura 2027. Idêntica Moção foi, também, aprovada na CIM das Beiras e Serra da Estrela em abril de 2018. Enquanto autor da Moção pensou e, todos pensaram, que esta candidatura seria uma autêntica janela de oportunidade para realçarem a região do interior a nível nacional, europeu e até mundial, pois esta candidatura do espaço rural, onde o património e os recursos naturais fazem inveja a muitos, seria possível e viável com o compromisso de toda a sociedade civil, realçando todos os contrastes de todos os concelhos que aderiram à iniciativa. Diz o povo que o caminho faz-se caminhando e, ao longo do percurso, apercebeu-se que este projeto que tinha “pés para andar” e que deveria ser estruturante não só para a Guarda, mas também para o Distrito e para toda a região, estava a seguir um caminho zigzagueante. Em junho, de dois mil e vinte deu conhecimento a esta Assembleia Municipal, bem como à Assembleia Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela das várias preocupações que lhe iam na alma, pois além da nomeação de duas Comissões e a inauguração de uma sede, mais nada havia sido feito. A agenda não existia e nem os municípios aderentes conheciam qualquer projeto ou informação do que quer que fosse. Sabiam, apenas, da nomeação das duas comissões, do despedimento do Diretor Executivo, sem qualquer explicação, e a nomeação de um outro Diretor, o Senhor Pedro Gadanho, que apresentou como grande e único objetivo construir uma ciclovía entre os dezassete municípios aderentes, com a

convivência, apenas e não só, do poder autárquico guardense. Disse que, na qualidade de membro desta Assembleia e da Assembleia Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, onde estavam representados todos os municípios que tinham aderido ao projeto, que para além destas duas comissões, o Diretor Executivo, que ainda hoje 99,9% da população desconhece, nem tão pouco sabem quem é se o virem na rua, levou no bolso qualquer coisa como sete mil euros mais IVA por mês, desde a sua nomeação até ao dia da apresentação da candidatura. Situação que, ele próprio, denunciou em artigos de jornal e programas da rádio. Mesmo que a Guarda desistisse dessa pretensão, o pagamento iria até ao dia da apresentação da candidatura. Nessa sequência, permitiu-se comentar, que se alguém consegue um vencimento superior ao do Presidente da República, só poderá ser apelidado de “tacho” A somar ao sorvedor de dinheiro que se tornou a bem-dita candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura 2027, chegou-se ao seu término com um valor que ainda não está totalmente apurado, mas que pode ultrapassar, em muito, um milhão de euros. Dessa forma, pediu novamente explicações públicas em jornais, rádios e, inclusivamente, na tomada de posse dos órgãos sociais do Centro Cultural da Guarda, na presença de todo o Executivo da Câmara Municipal da Guarda, frisando que o caminho seguido não era o melhor e alertou que poderia ainda haver tempo para arrepiar caminho. Em junho de dois mil e vinte afirmou nesta Assembleia e na Assembleia Intermunicipal da CIM o que a seguir passou a citar: -----

-----«A Guarda merece ser Capital Europeia da Cultura e nós merecemos sentir que este projeto onde nos envolvemos tem alma e coração para vencer. Caso contrário, não passa de um “fait-divers” leviano sobrando depois as inevitáveis leituras e a obrigação de assumirem todas as responsabilidades por parte dos seus diretos intervenientes. Este não é seguramente o caminho. Estamos já com muito pouco tempo para inverter o sentido de marcha. Oxalá esta e outras chamadas de atenção que têm

acontecido resultem em algo mais, pois se assim não for, a nossa posição neste órgão resumiu-se, apenas e tão só, a uma mera perda de tempo». ----  
-----Prosseguiu, dizendo que, hoje acrescentaria ao tempo, também o dinheiro. Perante isto e após o desfecho de uma candidatura mal feita, mal-amanhada, mal definida e, que segundo o seu Diretor Executivo “o desfecho só poderia ser este”, fez questão de em sessão pública do Executivo da Câmara Municipal da Guarda questionar o Executivo acerca de toda esta problemática. Ao que parece, o atual Executivo da Câmara da capital de Distrito pouco ou nada sabe sobre o assunto. Assim, dado que esta Assembleia aprovou a adesão a este projeto e o Executivo celoricense retificou, acabaram por ter dois representantes nesta candidatura, o Senhor Presidente de Câmara por inerência do cargo e a Senhora Presidente da Assembleia Municipal por eleição realizada numa Assembleia e, disse que, em abono da verdade, tem como obrigação questionar nesta Sessão, bem como o irá fazer na Assembleia da CIM, o que é que ganhou a Câmara Municipal de Celorico da Beira, com o apoio que deu a esta candidatura e quanto gastou com a mesma. Questionou, também, se com tanto dinheiro gasto por parte da candidatura, houve algum projeto desta Autarquia participado ou limitaram-se, apenas, a colocar numa única agenda publicada as atividades da Câmara. Pretendeu, ainda, saber se houve algum projeto participado e, se houve, qual ou quais, se haverá retorno do dinheiro investido ou se não houver considera que foi um investimento a fundo perdido. Ainda se, depois de se ter apercebido que o caminho a seguir não era seguramente o melhor, alguma vez questionou os responsáveis da candidatura pelo percurso sem pés nem cabeça que estava a ser seguido. Procurou, ainda, saber se enquanto investidor e apoiante do projeto, o Senhor Presidente da Câmara irá pedir responsabilidades aos decisores políticos por tudo aquilo que aconteceu. Para quantas reuniões acerca desta temática foi convidado ou esteve presente por parte do promotor, que é a Câmara Municipal da Guarda ou, eventualmente, da CIM. -----

-----De seguida, dirigiu-se à Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal com a pretensão de saber em quantas reuniões participou e para quantas reuniões ou sessões temáticas foi convidada. Na eventualidade de ter estado presente, por acaso, teve a oportunidade de questionar o projeto, a forma, o conteúdo, gastos de investimento e o comportamento político dos seus responsáveis que têm nome e rosto, que era o então Presidente da Câmara Municipal da Guarda, Chaves Monteiro, e o Senhor Vereador do Pelouro da Cultura, Vítor Amaral. Concluiu, dizendo, que estas são as questões que gostaria de ver esclarecidas pelo Executivo e também pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal. -----

-----Por fim, desejou a todos que os trabalhos decorram neste Salão Nobre renovado, pois é bom voltarem à casa onde se realiza o ponto mais alto da democracia neste Concelho, que é a Assembleia Municipal e desejou um bom trabalho em prol de Celorico da Beira, da região e do Distrito.-----

-----Em resposta, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que em relação à eleição para representar o Município na candidatura, que terá decorrido na penúltima sessão da Assembleia Municipal do anterior mandato, e salvo melhor opinião, essa eleição terminaria com o mandato. Deu conhecimento que nunca foi convocada para nenhuma reunião, nem abordada para qualquer assunto ligado à referida candidatura. Portanto, efetivamente, não pode responder às questões colocadas, considerando que esta eleição foi inócua, porque ninguém a interpelou para o efeito. -----

-----De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às questões que lhe foram colocadas.-----

-----Após cumprimentar todos os presentes e em especial o Senhor Albino Bárbara, cidadão que sempre teve uma responsabilidade cívica, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que esta Autarquia faz

parte de um Órgão que abrange quinze municípios, a CIMBSE e que todos eles estão irmanados em torno dos projetos que podem ser mais-valias para o território. Sabendo que nalguns casos há concorrência, existe todo um processo que envolve vários distritos e, neste caso, a candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura 2027 tinha concorrentes de grande peso. Todos foram consensuais e solidários, acabando por ter a vontade de que este projeto pudesse vingar. Têm de acreditar e por isso não vão, à partida, ser derrotistas. -----

-----Prosseguiu dizendo que relativamente às questões colocadas, o Município faz parte de uma estrutura conjunta em que todos, sem exceção, manifestaram solidariedade e disponibilidade para integrar o projeto, com mais ou menos convicção sobre o sucesso, os caminhos, os processos e as estratégias, tendo sido unânimes naquilo que seria específico de uma cidade e do interesse do todo o território. Também nesta Assembleia houve unanimidade na tomada de apoio a este projeto, no entanto têm de ser realistas e honestos intelectualmente, pois quando se parte para um desafio, o mesmo é feito por passos, podendo chegar ou não a bom termo e, neste caso, havia muitas candidaturas e só uma podia ser ganhadora. Deu conhecimento que foi a algumas reuniões e todo o processo foi tomado em posições conjuntas no âmbito da CIM. Portanto, sabem que a responsabilidade maior era da Câmara Municipal da Guarda que tentou, e bem, envolver os outros municípios. Lamentou pelo facto do Distrito da Guarda não ter conseguido o sucesso pretendido neste projeto, mas, bem ou mal, tentou e por isso estiveram unidos na esperança da vitória e têm de estar solidários, também, na hora do fracasso, que não foi total, pois houve algumas realizações, embora também tivesse manifestado algum desagrado em relação a determinados pontos, mas não cabia a Celorico da Beira definir e decidir estratégias, nomeadamente no que respeita quem se ia contratar, como é que se devia fazer e quais os caminhos a seguir. -----

-----No que concerne os custos, presentemente, não tem uma resposta, mas o Técnico de Contabilidade do Município poderá lembrar-se. Há um



compromisso que se assumiu não só de apoio, mas de envolvimento com um projeto que não foi bem-sucedido, não alcançando aquilo que era o desejo e ambição, mas que terá tido alguns custos inerentes de quem se envolve nestes processos sem saber à partida qual será o resultado final. Neste caso, quem perdeu foi o Distrito da Guarda e, sobretudo, Celorico da Beira como território envolvido. Porém, tem a convicção de que quanto mais a Guarda ganhar também o Concelho conquista, da mesma forma que não tolera que alguém conteste aquilo que pode ser feito em Celorico, porque devia ser feito na Guarda ou noutra local.-----

-----De seguida, passou a palavra ao Técnico José Tavares para prestar esclarecimentos relativamente aos custos que o Município teve com a referida candidatura. -----

-----O Técnico esclareceu que, no momento, não consegue precisar o valor exato, mas terão sido atribuídos cerca de sete mil euros ao Município da Guarda.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu, ainda, que existia uma cota associada a cada município, mediante a dimensão de cada um deles. Concluiu, dizendo que o custo do envolvimento da Câmara Municipal de Celorico da Beira, nessa candidatura, terá sido de cerca de sete mil euros. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos tratados na Comissão Permanente realizada na Freguesia da

Ratoeira, onde foram recebidos pelos elementos da Junta de Freguesia. Informou, ainda, que a próxima reunião da Comissão Permanente será realizada na Freguesia da Mesquitela. -----

-----Questionados os Senhores Deputados sobre a pretensão de intervir, foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Cunha** que, após cumprimentar todos os presentes, comunicou que as duas bancadas, em conjunto, irão apresentar um Voto de Pesar relativo a um jovem celoricense.

-----De seguida, fez uso da palavra o Senhor **Deputado Francisco Cabral** para apresentar o Voto de Pesar que a seguir se reproduz integralmente:-----

-----“VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ANDRÉ SALGADO FERNANDES -----

-----O que nos traz aqui hoje é um dos piores motivos que pode levar a uma intervenção. É uma intervenção motivada pelo sentimento de perda de um jovem com um potencial inesgotável. Celorico da Beira perde um jovem entusiasmado, dedicado e determinado em estar sempre presente no seu concelho de coração. Foi um dia de grande perda para o nosso Concelho.--

-----André Salgado Fernandes foi um jovem dedicado à sua terra. Relembrado como rapaz carinhoso, sempre alegre e amigo do amigo. -----

-----Foi jogador do Sporting Clube Celoricense, clube que o recebeu como um talento promissor e que comprovou a dedicação e perseverança deste jovem. -----

-----Nunca é fácil despedir-nos de alguém na nossa vida, mas um jovem com o futuro pela frente muito menos, é algo que deixa qualquer um destróado. -----

-----Honraremos a memória dele levando connosco a alegria, a amizade e a pessoa que o André foi, e temos a certeza de que apesar desta partida inesperada e injusta o André viverá sempre no coração de quem o amou.---

-----O futuro são os jovens e, com isso, nós bancadas do PS e PSD representadas por jovens desta Assembleia Municipal, endereçamos as

mais sentidas condolências aos pais, funcionários desta Autarquia, Ângelo e Sónia, e a todos os amigos e família. -----

-----A Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2022, aprova um voto de pesar pelo falecimento, endereçando as mais sentidas condolências à família. -----

-----Celorico da Beira, 29 de abril de 2022 -----

-----Os Grupos Municipais do PS e PPD/PSD” -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** agradeceu às duas bancadas a união neste ato simbólico, que contará muito para a família do André. Endereçou uma palavra especial à Sónia, que durante alguns anos exerceu funções na Secção de Atas, acompanhando as Assembleias Municipais, realçando o grande apoio que lhe prestou no início das suas funções como Presidente da Assembleia Municipal. -----

-----No uso da palavra e após cumprimentar todos os presentes, a Senhora **Deputada Alexandra Sena** apresentou um Voto de Congratulação, que a seguir se reproduz integralmente: -----

-----“VOTO DE CONGRATULAÇÃO-----

-----**A Bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Celorico da Beira vem apresentar um Voto de Congratulação ao cidadão José Miguel Figueiredo.** -----

-----Depois de, no dia 30-03-2022, ter tomado posse o XXIII Governo Constitucional da República Portuguesa assumiu funções, como Chefe do Gabinete da Secretária de Estado do Turismo, Comércio e Serviços, do Ministério da Economia e do Mar, um jovem Celoricense, José Miguel Figueiredo. -----

-----Licenciado em Direito, exerceu funções como Adjunto do secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do consumidor, João Torres, no Ministério da Economia e da Transição Digital, do XXII Governo Constitucional, vendo, assim, agora, valorizado o seu profissionalismo e

reconhecido mérito, ao ser nomeado para chefiar o Gabinete da Secretaria de Estado do Turismo, Comércio e Serviços. -----

-----Como é sabido, ocupa o lugar de líder da bancada do Partido socialista na nossa Assembleia Municipal, sendo um orgulho para todos os Celoricenses e Amigos. -----

-----**Damos, assim, Voz ao sucesso de um Jovem celoricense, propondo a esta Assembleia Municipal a aprovação do Voto de Congratulação, ao José Miguel Figueiredo.** -----

-----Celorico da Beira, 29 de abril de 2022 -----

-----A Bancada do PS na Assembleia Municipal”-----

-----Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**, Armando Augusto, que após cumprimentar todos os presentes, começou por saudar o Executivo pela maneira como foram apresentadas as contas. Saudou, igualmente, o Senhor Deputado José Miguel e o anterior líder da bancada do PSD, uma pessoa sempre presente, com respostas saudáveis e a quem nunca ouviu comentários como “paraquedistas vindos de Lisboa”. Logo, pediu aos Senhores Deputados do PS para que nunca façam a mesma observação, dizendo que está ali uma paraquedista vinda de Coimbra. -----

-----No que concerne às contas solicitou que o Senhor Presidente da Câmara, lhe explicasse a rubrica “Outras” com um valor de quatro milhões de euros que foram transferidos para o presente ano. Considera que, alguns desses milhões são de obras que vêm do Executivo do Partido Socialista, nomeadamente as Piscinas Municipais e a Escola C+S Sacadura Cabral. Solicitou, também, explicações sobre o ponto de situação da ETAR do Minhocal, que também era uma obra do Executivo PS. Referiu-se, ainda, à Clínica Renal Portuguesa dizendo que assistiu ao lançamento da primeira pedra pelo então Presidente de Câmara, José Monteiro, tendo previstos trinta e sete postos de trabalho, mais umas ambulâncias, mas que até hoje nunca mais se ouviu dizer nada.-----

-----De seguida, disse ter a informação de que o Senhor Presidente da Câmara pediu desculpa a alguns Presidentes de Junta, porque quarenta e quatro mil euros iriam para o Baraçal, para alcatroar um caminho que na realidade é municipal e não um caminho rural da Junta de Freguesia. Na sua opinião, aquela via já devia estar classificada como estrada 580 ou 581, visto que é um caminho que faz a ligação a essas duas estradas.-----

-----Disse que, também, que lhe foi dada a notícia do encerramento da Escola do Baraçal e isso deve-se a dois motivos. O primeiro, na sua opinião, é que essa é a vontade do Senhor Presidente da Câmara e o segundo, deve-se ao abandono das Freguesias de Maçal do Chão, Minhocal, Baraçal e Açores pelo facto de não ter sido concretizado o projeto que estava previsto entre Celorico-Gare e Baraçal, com a criação de cento e quinze postos de trabalho e que foi recusado alegando que fazia poluição. Como havia poluição nada disso foi feito, mas entretanto foi autorizada uma linha de alta tensão onde foram destruídas milhares de árvores nas serras da Velosa, Baraçal e Maçal do Chão. Agora consta-se que vai haver a maior rede de painéis solares entre a rotunda do Baraçal/Cortegada até Celorico-Gare, o que na sua opinião vai tirar valor àquela área. Constatou-lhe, também, que a derrama que, eventualmente, ali se vai produzir, ficará para as Juntas de Freguesia do Fornotelheiro, do Baraçal e, também, para a Junta de Freguesia do Minhocal.-----

-----Mais disse que, o Senhor Presidente da Câmara, quando tomou posse no primeiro mandato, fez insinuações sobre o caminho das Casas do Rio e a Senhora Presidente da Assembleia, numa anterior Sessão informou que o referido caminho ia ser requalificado, porém ficou confuso, pois ficou a pensar que a Senhora Presidente da Assembleia fazia parte do Executivo. Contudo, não disse quando é que a obra começa e termina, qual o seu custo e quem é o empreiteiro.-----

-----Sobre as obras da CP – Comboios de Portugal, disse que, mais uma vez as Casas do Rio e Celorico-Gare são localidades que vão ficar prejudicadas, dado que o Executivo não se mexeu a tempo, embora o

Senhor Presidente da Câmara, na altura das eleições, tenha dado uma entrevista para a rádio F e depois pediu o direito a resposta, que não lhe foi dada, pois esse direito na democracia só se exerce na Assembleia da República. Sobre este assunto, o Senhor Presidente já disse que fez tudo, se assim foi, pretendeu saber quando e como é que apresentou o projeto e com quem é que reuniu, porque aquilo que se está a passar é muito grave. Recordou que há cinco anos e meio pediu um túnel para o Baraçal tendo, na altura, o Senhor Presidente da Câmara se deslocado ao local, na companhia dos então Vereadores, Bruno Almeida e António Silva, onde disse que iria tratar do assunto, mas nunca fez nada. É verdade que falou com o Senhor Eng.º Faísca em Celorico da Beira, que é um fazedor de projetos para ganhar dinheiro. Também é verdade que falou com a Senhora Ministra Ana Abrunhosa, mas já foi tarde, pois o projeto já estava aprovado. No dia quatro de fevereiro de dois mil e vinte e um assistiu a uma videoconferência, no Salão Nobre dos Paços do Município, onde o Senhor Presidente da Câmara pediu só uns passeios para a estação de Celorico da Beira-Gare e o Dr. Bruno pediu que o caminho do lado de Freches fosse melhorado, ao que responderam que não faziam nada disso, porque a função deles era o caminho de ferro. Nessa sequência, disse que o Senhor Presidente da Câmara teria dito que não ia pedir nada para os comerciantes de Celorico-Gare, pois nem valia a pena. Segundo informações que obtive, o terreno junto ao Largo do Apeadeiro, no Baraçal, ia ser expropriado e entregue à Autarquia para fazer as obras. Nesse sentido, pretendeu saber o ponto da situação, pois segundo o que lhe foi transmitido pelo, Chefe de Gabinete do Senhor Presidente, Eng.º Ricardo, foram a Lisboa e não trouxeram qualquer documento escrito. -----

-----Sobre o PDM – Plano Diretor Municipal, disse que segundo informação dos serviços da Câmara, agora, para se construir uma casa na zona urbana é preciso trinta e cinco mil metros.-----

-----Por fim, referiu que o Partido Socialista, na última Assembleia Municipal, foi enxovalhado quando foi dito que davam o que tinham e o que

não tinham, falando, também, no Mário Soares, porém compreende que tenha sido um desabafo do Senhor Presidente. Contudo, lamenta que na Feira do Queijo tivesse acontecido o mesmo, criticando a oposição na frente de um membro do Governo, dando motivos para que o povo dissesse que não era discurso para um político. -----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Deputado Francisco Cabral** fez referência a uma notícia do Jornal “O Interior” relativa a praias fluviais da Guarda, em que vão erguer a bandeira azul em cinco dessas praias. Nessa sequência e por fazer parte do programa eleitoral, quer do PS como do PSD, pretendeu saber em que ponto é que está a requalificação da praia dos Doutores e se há alguma praia fluvial que esteja prevista a ser utilizada ainda este verão, ou no próximo, e quais as diligências que estão a tomar nesse sentido. -----

-----No uso da palavra e após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Presidente da União de Freguesias de Celorico da Beira (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego**, Fernando Fonseca Veiga, apresentou um Voto de Pesar, que a seguir se reproduz integralmente: -----

-----“MOÇÃO DE PESAR -----

-----**O Grupo Municipal do PPD/PSD na Assembleia Municipal propõe:**-----

-----**Moção de Pesar pelo falecimento do Cidadão, Manuel Caetano.** --

-----No dia 16 de abril de 2022, faleceu o Senhor Manuel Caetano, também conhecido por Senhor, Manuel carteiro. -----

-----Nascido a 02 de novembro de 1937, o Sr. Manuel era um excelente pai de família que sempre pautou a sua vida pelos bons princípios. Conhecido e respeitado pela sua conduta e dedicação à comunidade, foi um exemplo de modelo de vida enquanto cidadão de bem.-----

-----A salientar a sua intervenção política ativa enquanto Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro em Celorico da Beira nos anos de 1980 a

1994, e também, entre outras prestações à comunidade, a sua dedicação ao associativismo enquanto dirigente do Sporting Clube Celoricense.-----

-----A Assembleia Municipal de Celorico da Beira reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2022, aprova um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Caetano, endereçando as mais sentidas condolências à família. -----

-----Celorico da Beira, 29 de abril de 2022 -----

-----O Grupo Municipal do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Celorico da Beira”.-----

-----Referindo-se à intervenção do Senhor Presidente de Junta de Freguesia do Baraçal, o Senhor **Deputado Carlos Cunha** confessou ficar um pouco confuso, quando o Senhor Armando mencionou os líderes de bancada, mais especificamente a sua expressão na Sessão anterior, quando na verdade, nunca disse “paraquedistas de Lisboa”, falou sim, de um Senhor que vinha de Lisboa. Portanto, que essa questão fique esclarecida, uma vez que não foi sua intenção ofender ninguém.-----

-----De seguida, disse que, agora a sua intervenção dizia respeito a todo o trabalho que o Executivo tem realizado, a começar pelas comemorações dos cem anos da Travessia Aérea do Atlântico Sul, onde Sacadura Cabral e Gago Coutinho começaram esse feito no dia trinta de março, do ano de mil novecentos e vinte e dois, em Lisboa, chegando ao Rio de Janeiro em dezassete de junho desse mesmo ano, passando por onze etapas, com três hidroaviões, percorrendo oito mil trezentos e oitenta e quatro quilómetros e demorando cento e duas horas e vinte e seis minutos. Nessa sequência, parabenizou a Câmara por esta celebração que, também, tem decorrido a nível nacional e onde o Executivo tem marcado presença em todas as comemorações para as quais é convidado, onde têm estado presentes altas patentes do Exército Português, da Força Aérea e o Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Deixou, também, um agradecimento pelo mural executado no edifício da sede dos Bombeiros Voluntários, visto ser algo que



dignifica os celoricenses e, a figura principal, Sacadura Cabral. Deixou, ainda, um convite a todos os presentes para comparecerem nestas comemorações, que já tiveram início e que terminarão em junho. O Feriado Municipal, dia vinte e três de maio, é a data em que Sacadura Cabral nasceu e espera que todos estejam presentes para o dignificar. -----

-----Continuou, dizendo que a Feira do Queijo de Celorico da Beira, realizada nos dias dezoito, dezanove e vinte de março, foi mais um grande sucesso realizado por esta Autarquia, deixando, em particular, os seus parabéns a todos os funcionários que incansavelmente fizeram tudo para que fosse mais um evento de excelência, de promoção do produto endógeno que é o Queijo Serra da Estrela. Deu, também, os parabéns ao Executivo por toda a organização, pois constatou-se que esta foi uma das maiores feiras do queijo organizada no Concelho, demonstrando que Celorico da Beira é e será a Capital do Queijo Serra da Estrela. Assim, este tipo de eventos contribui para o crescimento da economia, uma vez que houve uma quantidade de gente que se deslocou ao Concelho para passear, fazer compras ou assistir aos espetáculos. Lançou o desafio para que no próximo ano seja mais e melhor, pois com a capacidade e competência demonstradas é muito fácil ser alcançado.-----

-----Por último deixou uma palavra de apreço e parabenizou, também, a Junta de Freguesia do Fornotelheiro, que no dia três de abril organizou o VI Festival do Requeijão com muito sucesso. Esse produto é tido como o melhor e, esperando que no futuro, o Fornotelheiro possa ser denominado a Freguesia Capital do Requeijão. -----

-----De seguida apresentou um Voto de Louvor, que a seguir se reproduz integralmente:-----

-----“VOTO DE LOUVOR PARA A ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE DE CADAFAZ-----

-----A Associação de Solidariedade de Cadafaz representa todos os valores e princípios que o associativismo deve ter.-----

-----Aos olhos dos cidadãos deste concelho, é uma Associação como muito poucas existem no nosso país, um grupo de homens e mulheres unido, dedicado e sempre prontos a meter mão à obra em prol da promoção e desenvolvimento da sua Freguesia.-----

-----No passado dia 18 de abril, a Freguesia do Cadafaz recebeu mais uma prova Nacional de Enduro BTT organizada por esta Associação, provas essas que vão somando ao currículo, sejam elas locais, nacionais ou internacionais, elevando sempre o bom nome da Freguesia e consequentemente do nosso Concelho de Celorico da Beira.-----

-----Uma Associação modesta no lugar que se situa, mas com muita alma e vontade de fazer mais e melhor, um exemplo de superação e coragem para alavancar uma freguesia do nosso interior.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, reunida em sessão ordinária no dia 29 de abril de 2022, aprova um voto de louvor por todo o excelente trabalho efetuado e também por mostrarem ao mundo o nosso Concelho de Celorico da Beira.-----

-----Celorico da Beira, 29 de abril de 2022-----

-----O Grupo Municipal do PPD/PSD”.-----

-----No uso da palavra, o Senhor **Deputado Luís Marques** manifestou o seu apreço e satisfação com a comemoração do vinte e cinco de abril, por ter sido um bom momento entre a comunidade, constituído por três partes, começando pelo hastear da bandeira nos Paços do Concelho, a deposição de uma coroa de flores junto ao monumento que simboliza o grande acontecimento de há quarenta e oito anos e depois um momento cultural realizado no Centro Cultural, deixando, assim, um agradecimento à Universidade Sénior pelo excelente desempenho. Disse que é bom lembrar que não haverá muitas revoluções no mundo de que se possam orgulhar por terem conseguido uma transformação, sem ser sangrenta e sem grandes turbulências. Continuou dizendo que o vinte e cinco de abril passados quarenta e oito anos tem de ir um pouco mais além, do que uma

comemoração, pois hoje um rapaz com dezoito anos vota, decide o seu futuro, tem como trivial aquilo que não o era. É bom que o vinte e cinco de abril seja mais do que um feriado, incutir nos jovens, que são o futuro, que nem sempre a vida foi como é hoje, que houve pessoas que foram presas, outras mortas, outras deportadas, porque pensar pela própria cabeça era um crime. Se hoje têm tudo como adquirido, não passa pela cabeça de ninguém ser de maneira diferente, mas foi diferente e é importante alertar as gerações futuras de que o vinte e cinco de abril não pode ser apenas uma data, uma vez que não está concluído, sendo um processo inacabado com base na tolerância, na pluralidade, no respeito pelo outro, caso contrário correm sérios riscos num futuro próximo.-----

-----O Senhor **Deputado Francisco Cabral** deixou uma nota de agradecimento relativamente ao evento que decorreu no passado fim de semana, protagonizado pela Juventude Socialista, que contou com cerca de cento e setenta jovens de todo o país. Apesar de ser um evento com uma logística muito complicada, há que reconhecer a ajuda dos hotéis Quinta dos Cedros e Mira Serra, como da Residencial Parque, assim como do presidente da Concelhia do Partido Socialista e do Município de Celorico da Beira que cedeu o Mercado Municipal, pois são ajudas sem as quais não conseguiriam ter realizado esse acontecimento. -----

-----Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal, a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que, relativamente ao alargamento do caminho das Casas do Rio, não informou rigorosamente nada sobre o assunto, pois é o Executivo que dá conhecimento à Assembleia Municipal, através da Mesa e de quem a representa. Portanto não é responsável pela informação transmitida, ao contrário daquilo que quis fazer crer. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta do Baraçal disse que, pela forma como as questões foram colocadas só revela que tem falta de conhecimento e má-fé recorrendo a inverdades. Quanto à situação da ETAR do Minhocal já foi esclarecida mais que uma vez, sendo que havia, pelo POSEUR, doze ETAR's que tinham sido aprovadas em candidatura para serem levadas a efeito. Destas doze foram concluídas onze, não houve nenhuma troca, como também malevolamente foi afirmado. Para a concretização da ETAR do Minhocal havia a necessidade de encontrar um local que, inicialmente, foi identificado, que era do Dr. João Rodrigues, mas que posteriormente foi negado. A seguir, procuraram durante meses um novo espaço, tendo havido divergências, sobretudo, com um entendimento ou falta dele, entre a Junta de Freguesia e proprietários de determinados terrenos. Sendo certo que as candidaturas já tinham derivado do Executivo anterior, estavam em atraso e não tinham sido executadas, chegando ao término do prazo de execução. Entretanto, o POSEUR acabou por ampliar o prazo até ao ponto de esgotar o mesmo. No Minhocal, infelizmente, não conseguiram encontrar um terreno, devido a um conjunto de circunstâncias que restringiram as possibilidades de intervenção. Considera que o processo nem sempre foi conduzido da melhor forma, porque quando se têm em conta as questões ambientais, devem começar de montante para jusante e não ao contrário. E o que se viu na ribeira da Cabeça Alta é que a primeira ETAR que foi construída foi a da Lageosa, a segunda a de Vale de Azares, a terceira a da Rapa e falta uma em Prados. Portanto não faz sentido, mas isso foi a forma como as programaram, porque devia ter-se começado de cima para baixo e não ao contrário. Portanto a ETAR do Minhocal não foi feita, não por incapacidade da Câmara, mas por falta de espaço que, no momento, já foi ultrapassado e quando for possível essa ETAR será executada.-----

-----No caso da ferrovia disse que os projetos nacionais ignoram muitas vezes os interesses locais e as populações, no entanto deslocaram-se a

Lisboa várias vezes, estiveram no Concelho altos responsáveis da Infraestruturas e têm estado sempre em intercâmbio, porque o poder está noutras mãos, o Partido Socialista governa legitimamente, tem o poder de decisão e as suas linhas de atuação. O Senhor Ministro Pedro Santos, antes das eleições, esteve em Celorico e se de facto houvesse essa vontade e interesse em alterar a situação, pela proximidade política, tê-lo-ia feito. Continuou, dizendo que, o Senhor Armando fez propaganda política, falou em rádios e falou em direito de resposta, mas o jornalista da respetiva rádio, teve de ir embora, devido a um mandado de captura, por ter problemas com a justiça. Portanto, contrariamente a algumas afirmações que o Senhor Armando fez, que são inverdades, nunca pode afirmar que alguma vez disse que não queria saber dos comerciantes. Disse ainda que, aquando da construção da IP2 não o viu com todo este empenho, todo este envolvimento, quando essa foi a razão principal para o estrangulamento do comércio na estação de Celorico, logo, não é difícil matar o que já está morto há muito tempo.-----

-----Em relação aos cento e quinze postos de trabalho, disse que nunca fecharam as portas a ninguém, nunca deixaram de licenciar o que quer que fosse. Assim como com a Clínica Renal, em que a Câmara cumpriu, renovou todas as possibilidades de licença e nunca obstruiu quem quer que fosse, sobretudo para os interesses do Concelho. Portanto, devia ter algum pudor em falar de algumas situações.-----

-----Relativamente às contas de quatro milhões, disse ter ficado confuso, porque as contas ainda nem sequer foram discutidas, nem votadas e aquilo que foi o excedente, do ano anterior, foi cerca de um milhão de euros. -----

-----No que concerne ao encerramento da escola do Baraçal, disse que infelizmente essa escola é apenas mais uma, entre outras que tiveram que ser encerradas, pois só se mantêm abertas se houver alunos e não faz sentido, pedagogicamente, que uma escola esteja aberta somente com três ou quatro crianças. Aliás, as crianças do Baraçal, do Maçal do Chão ou do Minhocal têm os mesmos direitos que as crianças de Celorico ou de outra

aldeia qualquer. No Baraçal não têm quadros interativos, não têm espaço e oportunidade de socialização, que têm as crianças nas escolas que foram intervencionadas. Portanto, a escola do Baraçal, conjuntamente com a do Fornotelheiro vão ser encerradas, não por decisão da Câmara, mas por decisão da DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares. Todos os agentes que fazem parte deste processo se pronunciaram e houve unanimidade com o Senhor Diretor do Agrupamento de Escolas C+S relativamente ao parecer em que é manifestada a falta de condições para que essas escolas continuem abertas, sendo um processo natural dentro da realidade com que se defrontam. -----

-----No que respeita aos painéis solares e às linhas de alta tensão deu conhecimento que não são licenciados pela Câmara Municipal, portanto é um processo que os ultrapassa. No entanto, não vê mal que em alguns lugares nasçam oportunidades de investimento, pois os painéis solares são projetos executados por privados que têm todo o direito e legitimidade de fazerem aquilo que entendem no seu espaço e dentro daquilo que são as regras. Não se podem imiscuir naquilo que são os interesses e os direitos dos privados, sobretudo, quando se fala de energias limpas, sustentabilidade e proteção ambiental. Portanto, é a tutela da energia que determina e define esses projetos e não é a Câmara que os licencia, quando muito, procura que haja alguma contrapartida, mais-valias que fiquem no Concelho. -----

-----Acerca do caminho das Casas do Rio, disse que estão a alargar o caminho com os meios próprios, ou seja, com as máquinas e funcionários da Autarquia e quando chegar a altura de asfaltar terá de se fazer um processo de concurso, pois a população das Casas do Rio merece a melhoria e o alargamento daquela estrada. -----

-----Voltando à ferrovia e às obras que a CP está a desenvolver disse que, obviamente, algumas situações trazem prejuízo para as aldeias e acredita que as localidades e as populações locais acabam por ter, muitas vezes, mais prejuízo do que interesse. Embora, acredite que o interesse

nacional e a ferrovia, dentro daquilo que é a política do Governo, será uma via fundamental de transporte de mercadorias. Consequentemente, os trabalhadores desta obra contribuem para o comércio local, embora se saiba que estruturalmente essas situações acabam por ter alguns custos. No entanto, tentarão acautelar da melhor maneira aquilo que são as capacidades de intervenção em prol das populações locais, nomeadamente no Baraçal em que lhes foi garantido, mais que uma vez, que aquele espaço já estava tratado no que respeita à questão da aquisição, que é da responsabilidade da IP, onde se irá alargar a via tendo em conta que é um ponto sem saída e que faz todo o sentido que se melhore a acessibilidade e capacidade de inversão de marcha. Assim como, também, reivindicaram que intervenham na estrada em direção à Aldeia Rica, que tem uma grande necessidade de reabilitação do asfalto. Portanto não ignoram, não ficam passivos à espera que as coisas aconteçam. -----

-----Relativamente à referida entrevista na rádio, disse que é triste envolverem-se com determinadas pessoas, acrescentando que lhe foi solicitado uma vez uma entrevista, ao que respondeu que não lhe era possível no dia pretendido, mas que podia remarcá-la. A partir daí foi uma campanha de mal dizer, de oportunismo político e cumplicidades vergonhosas, felizmente essa pessoa já se foi embora. -----

-----Quanto ao Sr. Eng.º Faísca, referiu que teve uma reunião em Celorico-Gare onde também esteve presente a população. Disse que, o desvio superior que lá vai ficar, para além da passagem de automóveis, também vai ter uma passagem pedonal. Inicialmente, o que estava previsto era que essa passagem superior passasse mais acima, o que seria muito mais penalizador. Portanto, as situações foram todas equacionadas e esta foi a que, perante os responsáveis técnicos e os donos da obra, que são o Estado Português e a IP, foi o possível, mas estão atentos e vão continuar interventivos. -----

-----Continuou, para esclarecer que o PDM da Guarda está em revisão e o de Celorico da Beira começou a ser revisto há dezasseis anos, tendo sido

agora concluído com a publicação em Diário da República. Porém, não é o que se quer, pois uma parte é o que se quer e a outra parte é aquilo que é possível, dado que há imposições legais, não só a nível da CCDRC, das estruturas do ambiente, como a APA – Agência Portuguesa do Ambiente, que impõe regras e aquilo que era um espaço em zona rural de 7 500m passou para 35 000m. Constantemente há pessoas a fazerem casas a alguns quilómetros dos centros urbanos e depois exigem que se coloquem as infraestruturas, como eletricidade, esgotos, fibra ótica etc.. Acontece que, em alguns países europeus essa situação foi acautelada mais cedo, tendo em conta a reabilitação urbana dos aglomerados existentes. Se esta regra foi aplicada é porque tem as suas razões de ser, o que significa que isto não é uma vontade do Município, mas é uma determinação da legislação, e quando a Guarda terminar a revisão do PDM vai ter as mesmas particularidades do de Celorico da Beira. Acrescentou, ainda, que existe a agravante de terem pago 15mil euros a uma empresa para executar um Plano de Intervenção nas Florestas, exigido pelo Governo, uma vez que o de Celorico estava desatualizado. Fez-se um novo Plano que teve de ser aprovado e depois dessa aprovação, que foi há muito pouco tempo, saiu há cerca de uma semana, um Plano para todo o país e, sobretudo, para as zonas rurais onde é impensável alguém construir. Esse mesmo Plano, levado a rigor, impede que na zona urbana de Celorico se possa construir, o que gera alguma preocupação a nível da CIMBSE. Claro que isto vai ter de ser revisto e todas as ajudas e influências são bem-vindas, pois é uma questão muito preocupante para todos. -----

-----De seguida passou a palavra à Senhora Vice-Presidente.-----

-----A Senhora **Vice-Presidente**, Teresa Ferrão Cardoso, acrescentou que, o Município no ano transato fez a Revisão do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, que vai condicionar de alguma forma a construção em espaço rural, nomeadamente uma das cartas que faz parte do Plano Municipal é a chamada carta de perigosidade que condiciona da



seguinte forma: sempre que as áreas sejam consideradas de perigosidade alta e muito alta impede a construção em espaço rural. No âmbito da elaboração da Carta Municipal de Perigosidade, as áreas que estão a verde e amarelo são as áreas onde, no Concelho, era permitido construir e as que estão assinaladas a laranja e vermelho são as áreas condicionadas à construção, onde o declive é mais acentuado, onde o número de incêndios foi mais elevado e que estava em consonância com o PDM, ou seja, com os perímetros urbanos definidos no PDM e que permitia a construção. Entretanto o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, resolveu elaborar uma carta de perigosidade e, nesse âmbito, foi publicada uma nova carta de perigosidade há umas semanas atrás que se sobrepõe à do Município em termos legislativos, no âmbito do Decreto-Lei nº 82, que é o decreto que condiciona a edificação em espaço rural e que diz respeito à defesa da floresta contra incêndios. A referida carta não teve consulta pública, está, praticamente, toda a vermelho e a laranja o que representa as áreas onde é impossível construir, sendo mais penalizadora no território do interior, onde os declives são mais acentuados, a área ardida tem sido mais elevada, aplicando-se toda esta situação ao território nacional. As únicas áreas onde ainda poderá haver alguma forma de permissão em termos de construção são as áreas de perigosidade média, que também acaba por ser um bocado penalizador, porque exige uma maior distância à extrema da propriedade, no que diz respeito à localização da edificação. Tudo aquilo que era perigosidade baixa e muito baixa, que são as áreas onde haveria maior facilidade de construção, desapareceram literalmente do Concelho de Celorico da Beira. Agora é, óbvio, que isto irá contribuir para uma maior desertificação e em termos da fixação da população no Concelho, será mais limitador.-----

-----  
-----Prosseguiu o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para dizer que, com esta situação, fora da zona urbana a construção fica mais difícil.

Espera que haja o bom senso de ser alterado e revertido, mas a realidade é esta. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Francisco Cabral, sobre as praias fluviais, considera uma questão pertinente, atual e muito razoável, atendendo a que o rio atravessa o Concelho de Celorico e não tem uma única praia fluvial. Existe o espaço da Ratoeira junto ao rio, que há quem pense que é uma praia fluvial, mas não é. Contudo essa é uma pretensão, tanto do Município como da Junta de Freguesia, o que implica criar determinadas condições. Porém, também, a Praia dos Doutores, seria um espaço interessante para uma praia fluvial, tem um leito de rio fundamental e uma história a preservar. Ainda assim, não podem dizer que para o próximo verão essa pretensão será realizada, pois não é num curto espaço de tempo que se constrói uma praia fluvial. Até mesmo o Lagar Municipal, integrado com o rio seria uma zona importante para o Turismo e para a oferta gastronómica do Concelho. Considerando que as obras da escola C+S ficarão concluídas no mês de agosto com direito a uma cozinha pedagógica, proceder-se-á à reversão do Protocolo de Colaboração e Cooperação entre o Município e o Agrupamento de Escolas, realizado pelo anterior Executivo do PS, no âmbito do projeto Centro de Estudos e Investigação Gastronómica, de uma forma pacífica e sem conflitualidade. Tanto Celorico da Beira, como as Freguesias de Vila Boa do Mondego, Ratoeira e Lageosa do Mondego têm condições para a existência de futuras praias fluviais. Sem dúvida que essa é uma lacuna e um obstáculo para que o turismo possa melhorar no Concelho. -----

-----Quanto ao agradecimento pela cedência do espaço do Mercado Municipal, relativo ao acontecimento protagonizado pela Juventude Socialista, disse que a disponibilidade e os critérios são os mesmos para todos que solicitam qualquer um dos espaços do Município. -----

-----Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Carlos Cunha, sobre as comemorações dos cem anos da Travessia Aérea do Atlântico Sul, referiu que, de facto, se sentem honrados e orgulhosos com o decorrer das

cerimónias que tiveram início em março, no Museu da Marinha, onde marcou presença o Senhor Presidente da República, o Senhor Presidente da Câmara de Lisboa, altas patentes militares, o Senhor Paulo Portas e a sua mãe Helena Sacadura Cabral, assim como, outras individualidades. Esteve, também, presente o Município de São Brás de Alportel, que tem sido convidado, mas poucas vezes tem marcado presença. Disse ser, uma honra, marcarem presença nas comemorações em Lisboa, da mesma forma que as altas patentes militares, também, marcarão presença nas comemorações do feriado municipal de 23 de maio, que estará aliado a essa efeméride, nos dias 21, 22 e 23 de maio, que é um acontecimento nacional, porventura um dos maiores feitos nacionais e também internacionais do século XX. Portanto é uma honra que Sacadura Cabral seja natural de Celorico da Beira e, sendo este um Concelho pequeno, estar com as autoridades máximas do País numa comemoração nacional, dá visibilidade ao território. -----

-----No que respeita à Feira do Queijo, referiu que passo a passo tem-se vindo a melhorar, pois todos os *feedbacks* que teve foram positivos, no sentido que o certame foi o que mais sucesso teve, com mais gente e onde mais vendas houve. Tudo fruto de muito trabalho, sobretudo dos funcionários do Município, e de todo um conjunto de fatores que se conjugaram nesse sentido e para o ano, se as circunstâncias o permitirem, espera que seja ainda melhor, porque é um bom investimento, uma boa promoção, divulgação da terra, sobretudo, dos produtores. Acrescentou, também, que teve a honra de no dia da mulher ter estado presente no Museu Nacional dos Coches, com as queijeiras da Serra da Estrela, a convite do Senhor Presidente da República, em que foram homenageadas, sendo que Celorico foi o Concelho que teve mais queijeiras presentes, em consonância com as Aldeias de Montanha. Da mesma forma, é sempre bom e com satisfação que vê o regressar do Festival do Requeijão, que não teve a dimensão de outros anos, mas como retoma foi bom. Assim, como espera que o Festival da Castanha em Prados, do Borrego na Carrapichana

e outros eventos, tenham o sucesso merecido, porque estes são meios de promoção, valorização e divulgação muito importantes. -----

-----Prosseguiu, fazendo menção ao voto de louvor à Associação do Cadafaz, realçando que é uma coletividade com um dinamismo incrível, de muito trabalho que recentemente se testemunhou na prova Nacional de Enduro BTT. Portanto, esta é uma prova que tem grande potencial para crescer, com o grande mérito daquelas gentes, onde estiveram presentes quase duzentos e cinquenta participantes. Nesse fim de semana, com os participantes e as famílias que trouxeram e, com o evento da Juventude Socialista, não houve resposta em termos de alojamento para tanta gente. Da mesma forma que, no fim de semana anterior, com as associações de futebol feminino que estiveram em Celorico. Nesse sentido, têm de estar empenhados e disponíveis para que estes eventos vão acontecendo com regularidade, uma vez que Celorico é uma Vila em grande medida comercial. -----

-----No que concerne ao vinte e cinco de abril, agradeceu a quem esteve presente e que simbolicamente ajudaram a edificar, a exaltar aquilo que foi o trabalho de muitos, sobretudo, dos Capitães de Abril. Desta forma, fica satisfeito que estas comemorações sejam vistas de uma forma desprendida, sem qualquer envolvimento ou conotação partidária. -----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal**, Armando Augusto, pretendeu que o Senhor Presidente esclarecesse se existe a possibilidade do Município negociar com a empresa dos painéis solares, para que seja considerada uma verba da derrama em benefício das Freguesias do Fornotelheiro e do Baraçal.-----

-----Em resposta o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que são investimentos privados e o Município não tem qualquer poder de decisão.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** de seguida colocou à votação o Voto de Pesar e o Voto de Louvor apresentados pela Bancada do PPD/PSD, bem como o Voto de Congratulação apresentado pela Bancada do PS, de acordo com o disposto no n.º 5, do art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal. -----

-----O Voto de Louvor à Associação de Solidariedade do Cadafaz foi aprovado por unanimidade. -----

-----Ausentou-se da sala o Senhor **Deputado José Miguel Figueiredo** não participando na votação. -----

-----O Voto de Congratulação ao cidadão José Miguel Figueiredo foi aprovado por unanimidade. -----

-----Retomou os trabalhos o Senhor **Deputado José Miguel**. -----

-----O Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Manuel Caetano foi aprovado por unanimidade. -----

-----De seguida a Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia**, na sequência do Voto de Pesar pelo falecimento do Jovem André Fernandes, apresentado em simultâneo pelas bancadas do PS e PPD/PSD, deu cumprimento a um minuto de silêncio em sua memória. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25/02/2022**-----

-----Foi presente a ata número um, referente à sessão ordinária do dia vinte e cinco, do mês de fevereiro, do ano de dois mil e vinte e dois, cujo

texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correções, foi a mesma aprovada, por maioria, com duas abstenções.** -----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----O Senhor **Deputado Luís Alberto Pereira Nunes Lourenço Marques**, segundo secretário da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (1), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar. -----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (2), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----**4. PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à apreciação e aprovação deste Órgão a Prestação de Contas do ano de 2021, aprovado por maioria, em reunião do Executivo, realizada no dia 20/04/2022, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (3), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Esteve presente nesta sessão, o Técnico responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários.-----

-----A Senhora Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** para fazer uma breve explanação sobre o assunto, começando por referir que o ano de dois mil e vinte e um foi marcado por uma evolução positiva, em que houve um saldo que superou um milhão de euros. No entanto, depararam-se com alguns constrangimentos, nomeadamente a pandemia que obrigou a um esforço para o apoio às instituições e algumas pessoas mais desfavorecidas. De referir que, apesar destes constrangimentos, o ano de dois mil e vinte e um ficou marcado pelo excelente desempenho financeiro, tendo o Município saído da situação de excesso de endividamento, abrindo outras possibilidades de ação a vários níveis, tendo-se também reestruturado a dívida bancária para se obterem taxas mais baixas e prazos mais alargados, o que se traduz em poupanças que poderão ser investidas noutras áreas.-----

-----Atendendo às mudanças a nível do Covid, às questões da seca e agora com a agravante da guerra, a fatura que se está a pagar, em termos de custos, é alta, pois os preços aumentaram, e, nesse sentido, convém fazer-se uma chamada de atenção, porque, também, estão num processo de assumir várias competências, o que significa responsabilidades e custos acrescidos. Obviamente que as verbas são transferidas do Estado para a Câmara Municipal, mas não é assim tão linear, porque todo o processo já começou há dois anos, já com verbas definidas que não ponderaram o aumento exponencial de custos, como a responsabilidade que a Câmara tem em assegurar o aquecimento da escola, em que o valor que estava contemplado nessa rubrica, neste momento não chega. Portanto, há motivos de preocupação e a queda do Governo, em consequência da não

aprovação do Orçamento de Estado, e também por força da pandemia, leva a futuras restrições nas verbas do FEF. Nessa sequência tem-se estado a viver em duodécimos em função do orçamento anterior, o que irá trazer preocupações acrescidas para a última metade do ano, porque o Orçamento de Estado que irá ser aprovado, provavelmente, irá mexer com alguns projetos, com algumas obras, logo, tem de ser ajustado a essa realidade.-----

-----De seguida passou a palavra ao Técnico José Tavares, para uma explicação mais técnica sobre o assunto. -----

-----O Técnico começou por dizer que a atividade das Autarquias locais visa essencialmente garantir o bem-estar das populações, sendo que para garantir esse objetivo é necessário valorizar os recursos existentes de uma forma sustentável a longo prazo. Para tal, o “Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico” (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), define no seu artigo 23º as atribuições dos Municípios nos domínios da Educação, Património, Saúde, Ação Social, Proteção Civil, ordenamento do Território e Ambiente, entre outros. O Município de Celorico da Beira desempenha a sua atividade de acordo com as competências que lhe são atribuídas legalmente, com base num orçamento anual onde estão definidas e planeadas todas as suas atividades e projetos numa perspetiva plurianual, de acordo com os recursos financeiros previstos. -----

-----Disse que, anualmente é analisada a execução do orçamento do ano anterior de acordo com os critérios contabilísticos vigentes, sendo que para o ano de 2021 o normativo legal em vigor era o SNC-AP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, ao contrário do que acontecia em anos anteriores que estava em vigor o POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro. A introdução do SNC-AP alterou diversos critérios contabilísticos e alterou a composição das peças de relato financeiro, bem como alterou as próprias demonstrações



financeiras tanto na sua composição como na qualidade, o que se poderá traduzir nalgumas incoerências ao comparar valores anteriores e posteriores a 2020. Esclareceu que o presente relatório pretende analisar as situações mais relevantes em termos financeiros que ocorreram em 2021, bem como apresentar valores anuais para comparação com anos anteriores sempre que possível. Foram feitas breves análises às demonstrações financeiras, à execução orçamental, à contabilidade de gestão, assim como foi feita uma análise geral às operações e estrutura do Município, devidamente enquadrada na conjuntura atual. -----

-----Tendo em conta o exposto, foram elaborados documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2021, tendo por objetivo o controlo pela Assembleia Municipal de acordo com a alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o controlo jurisdicional do Tribunal de Contas, e o controlo administrativo de verificação da legalidade por parte dos órgãos de tutela da Administração Central, nos termos do n.º 2, do art.º 132.º da lei nº 75-B/2020, alínea b) do art.º 2.º do Decreto-Lei nº 6-D/2021, de 15 de janeiro e nº 7 do art.º 3º da Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, alterado pela Lei nº 13-B/2021, de 5 de abril. -----

-----Prosseguiu, dizendo que o Município de Celorico da Beira tem a missão de garantir o bem-estar dos seus munícipes, sendo que para tal é necessário que haja um planeamento a médio e longo prazo, com metas bem delineadas e que deverão ser definidas pelos executivos municipais. A definição dessas metas deverão ser utilizadas de modo a canalizar recursos, motivar, esclarecer e orientar os funcionários, bem como as políticas da Autarquia. A transparência, a legalidade, a acessibilidade por parte dos munícipes aos recursos da Autarquia e a saúde financeira, deverão ser pilares do funcionamento do Município de Celorico da Beira, e que deverão também ser as bases para definir as metodologias e orientações a seguir por toda a estrutura da Autarquia. -----

-----Toda a atividade do Município está sob a alçada do normativo legal atualmente em vigor, da norma de controlo interno, dos regulamentos

municipais, e das normas de execução orçamental a aprovar anualmente em conjunto com o orçamento do Município.-----

-----Nos termos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os órgãos representativos do Município são a Assembleia Municipal (órgão deliberativo) e a Câmara Municipal (órgão executivo), tendo cada um as suas competências definidas na mesma Lei, sendo que a responsabilidade de aprovação das contas de gestão recai no Executivo Municipal.-----

-----Esclareceu que, o Relatório de Gestão é um resumo das contas de gestão com os aspetos mais importantes do Município. No entanto, à semelhança do que aconteceu em 2020, a situação de pandemia suspendeu vários eventos que estavam previstos no Concelho em 2021, tal como a Feira do Queijo que foi realizada exclusivamente *online* para contornar a situação. Tal como no ano anterior, em 2021 mantiveram-se medidas para mitigar os eventuais prejuízos dos agentes económicos, nomeadamente através de isenções aos munícipes e entidades do Concelho no que diz respeito à cobrança de água, em que o Município deixou de receber cerca de 76 000€, face ao recebido em 2019. -----

-----Relativamente às Demonstrações Financeiras disse que deverão sempre que possível refletir as mudanças e tendências significativas na posição financeira da entidade, desempenho financeiro e fluxos de caixa. A análise das tendências deverá incluir os itens das demonstrações financeiras que sejam importantes e significativas para tornar mais compreensível a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa, bem como as alterações nas mesmas ao longo de um período. Deverão ser descritos os itens, transações e eventos mais significativos que tenham afetado a posição financeira, e sempre que necessário deverá ser feita uma análise comparativa com períodos anteriores de modo que se perceba melhor a posição financeira do Município.-----

-----Sobre a análise do Balanço, no que diz respeito às rubricas do ativo deve-se evidenciar o aumento dos ativos fixos tangíveis, fruto dos investimentos efetuados em 2021 em obras, que valorizaram o património

da autarquia, apesar das depreciações que se efetuam anualmente. As restantes rubricas do ativo apresentam valores geralmente estáveis face a 2020, sendo de realçar apenas o aumento do saldo dos depósitos bancários. -----

-----No que concerne o Património, o mesmo apresenta um aumento essencialmente derivado à integração do resultado líquido de 2020, bem como do registo dos subsídios ao investimento de capital, que desde a implementação do SNC-AP, são registados em contas de património. -----

-----No que diz respeito ao passivo verificado no balanço, constata-se que o mesmo sofreu uma redução de 1 049 001€ face a 2020, na sua maioria sustentada pela redução dos financiamentos obtidos em 1 320 973,69€ e que resulta da amortização de empréstimos. Também se passou a registar em 2021 no passivo corrente, um diferimento de 241 812,09€ relativo aos valores a receber no ano seguinte das rendas de concessão da E-Redes, compensada pela rubrica “Outras contas a receber” no ativo corrente. -----

-----Continuou, para dizer que analisando a Demonstração de Resultados de 2021, pode-se concluir que não houve grande variação nos resultados entre 2020 e 2021, permanecendo a estrutura dos rendimentos e dos gastos, praticamente, inalteradas. Analisando, também, as variações entre 2020 e 2021 houve um ligeiro aumento nas vendas de queijo graças às plataformas de venda *online* “Dott” e “Celorico Com Gosto”. Em termos de transferências e subsídios obtidos, o aumento das transferências do FEF face ao ano anterior contribuiu para o aumento das transferências recebidas, que em 2022 irão perder e regressar aos níveis de 2020. Os fornecimentos e serviços tiveram um aumento face a 2020, que resultam em parte da reposição de alguma atividade do Município, que foi substancialmente reduzida devido à pandemia, nomeadamente no que diz respeito a gastos com combustíveis, tratamento de RSU's, contratos de prestações de serviços, conservação/reparação de bens, serviços de informática e seguros. Também houve um aumento dos custos com

peçoal em cerca de 151 000€, que está relacionado com atualizações salariais, mobilidades internas, pagamento de senhas de presença e introdução do subsídio de insalubridade em 2021. Nos subsídios concedidos houve um aumento nos pedidos efetuados por instituições sem fins lucrativos, bem como houve um aumento nas transferências para as freguesias, tanto por força dos protocolos estabelecidos, como por pedidos específicos efetuados pelas mesmas.-----

-----Prosseguiu dizendo que face a 2020 as provisões diminuíram, visto que no ano anterior houve um grande reforço de provisões para processos judiciais em curso. Portanto, de um modo geral, os resultados mantêm-se elevados, mas ainda estão longe de níveis pré-pandemia. Salientou que os resultados não são o mais importante na Autarquia, o objetivo é servir a população, no entanto convém que apresente valores equilibrados. -----

-----Em termos de indicadores económico-financeiros, a situação financeira de uma entidade pode ser medida pela evolução de alguns indicadores financeiros, também conhecidos por rácios. Estes rácios baseiam-se nos dados das demonstrações financeiras, e permitem fazer uma análise temporal, ou com outras entidades do mesmo sector de atividade. Analisando os rácios pode-se verificar uma certa estabilidade em grande parte dos indicadores, com exceção naqueles que são influenciados pelo passivo, em que a redução face a 2020 traduziu-se numa melhoria dos indicadores. Em termos de prazo médio de pagamentos, o valor de referência em anos anteriores é publicado pela DGAL, mas a entidade ainda não dispõe de uma ferramenta que forneça informações nessa matéria. -----

-----Relativamente ao endividamento municipal, de acordo com os valores apresentados, à data da elaboração deste relatório, a 31-12-2021, o Município já não se encontrava em situação de excesso de endividamento, dispondo agora de margem de endividamento. O facto do Município já não se encontrar nessa situação, para além de isentar o Município da adesão a mecanismos de recuperação financeira, permite o

recurso a novos financiamentos, bem como menos restrições na contratação de pessoal nos termos das leis de orçamento de estado. De qualquer modo, os dados oficiais da DGAL relativamente a 2021 só estarão disponíveis após o envio dos dados definitivos das contas, sendo que os valores atrás apresentados são ainda provisórios, dado ainda faltar apurar a contribuição das entidades do grupo autárquico para a dívida total do Município, já que à presente data as mesmas ainda não têm as contas disponíveis. -----

-----Quanto aos fluxos de caixa, basicamente representam as entradas e saídas de dinheiro ao longo do ano, e está devidamente desagregado em várias rubricas de atividades operacionais, de investimento e de financiamento. É o mapa utilizado para se averiguar os saldos de gerência que são integrados anualmente nos orçamentos municipais. Houve um saldo de gerência elevado para o ano seguinte, no valor de 2 135 511,20€, sendo que a parte relativa à execução orçamental (1 892 480,72€) foi integrado no orçamento de 2022. -----

-----Seguindo para as Demonstrações Orçamentais, referiu que as mesmas têm as despesas e receitas orçamentais contidas nos mapas de execução orçamental, onde irão ser analisadas as principais alterações entre o orçamento inicial e o final, as execuções, bem como também serão explicadas diferenças entre os mapas orçamentais e as demonstrações financeiras. Tendo em consideração que a introdução do SNC-AP não trouxe grandes alterações à contabilidade orçamental, apenas alterando a estrutura dos mapas acrescentando mais informação, é possível fazer um comparativo com anos anteriores. Deve-se salientar que as demonstrações orçamentais, por vezes, para o mesmo tipo de despesas ou receitas, apresentam valores ligeiramente diferentes dos verificados nas demonstrações financeiras, como por exemplo despesa com pessoal ou receitas de impostos. Esta situação deve-se aos diferentes princípios contabilísticos utilizados nestes relatos financeiros, as demonstrações financeiras usam a base do acréscimo e as demonstrações orçamentais

usam os fluxos financeiros. Os fluxos financeiros analisados nestas demonstrações orçamentais refletem apenas previsões, compromissos assumidos, bem como as entradas e saídas efetivas no que diz respeito aos valores pagos.-----

-----A nível de orçamento houve um aumento do valor, devendo-se, essencialmente, à contratualização dos empréstimos de substituição de dívida no valor de 9 178 421,52€. Caso não se considere o montante relativo aos empréstimos, o valor do orçamento seria de cerca de 14 125 065€, representando um ligeiro aumento face ao orçamento inicial. Deve salientar-se que os orçamentos iniciais são sempre alterados por causa da integração dos saldos de gerência e no final do ano são sempre ajustados face à real execução dos projetos previstos. -----

-----Em termos de receitas e despesas, face a 2020, houve um aumento tanto nas despesas como nas receitas. O efeito da contratação de empréstimos em 2018 e 2021 deturparam a análise das execuções, sendo que em 2021 os novos empréstimos tiveram um impacto de 9 178 421,52€ tanto na receita como na despesa, o que não facilita uma análise à variação real dos valores orçamentais entre 2020 e 2021. O aumento das despesas está relacionada com a execução em 2021 de projetos que não foram executados em 2020. Ao nível da receita, para além dos aumentos dos fundos previstos no Orçamento de Estado, também houve aumento nas receitas relativas a subsídios ao investimento. Ao nível de impostos e taxas verifica-se apenas um aumento residual face ao ano anterior, alavancado, essencialmente, pelo aumento da receita da derrama, o que pode indiciar um aumento da atividade das grandes empresas do Concelho. -----

-----No que respeita às execuções orçamentais, pode verificar-se que 2021 apresentou excelentes resultados tanto na despesa como na receita, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores. Os compromissos para os anos seguintes, refletem as obrigações com os

contratos com os fornecedores, empréstimos e acordos de regularização de dívida atualmente em vigor.-----

-----No que concerne ao Equilíbrio Orçamental, a regra prevê que a receita corrente deve ser superior à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. O Município cumpriu com este critério, no entanto, deve-se alertar para o facto de que à semelhança de 2020, o cumprimento desta imposição esteve suspensa por força do disposto no art.º 7º da Lei 6/2020 de 10 de abril, alterada pelo Decreto-Lei nº6-D/2021 de 15 de janeiro, no âmbito das medidas de combate à pandemia de COVID-19. Entende-se que, de qualquer modo, deve apresentar-se este cálculo por uma questão de transparência e para evidenciar que neste aspeto, as restrições da pandemia não afetaram o equilíbrio financeiro do Município.-----

-----Quanto aos indicadores orçamentais disse notar-se uma certa estabilidade na maior parte dos indicadores orçamentais, com exceção nos indicadores dependentes das receitas e despesas de capital, dado o impacto da contratação dos empréstimos de substituição de dívida.-----

-----A nível de Despesas com Pessoal verifica-se um aumento de despesa face ao ano anterior, sendo que desde 2018 com o descongelamento das carreiras, introdução de novos suplementos e aumentos do salário mínimo, as despesas têm aumentado, apesar da redução do número de funcionários que se tem verificado nos últimos anos.

-----Ressalvou que a certificação legal de contas apresenta uma reserva em relação ao património da Autarquia, em que o inventário realizado não se encontrou suportado numa verificação física integral, pelo que não é possível assegurar que todos os bens desta natureza se encontrem registados e valorizados. Acrescentou que esta reserva do Revisor Oficial de Contas prende-se com o facto de o Município ter património registado a valor zero, atendendo a que muito dele não tem registos históricos. Nessa sequência, será preciso fazer uma avaliação para conhecer o valor exato de todo esse património.-----

-----Por fim, disse que o presente relatório encerra o ciclo orçamental referente ao ano de 2021, onde se verifica o cumprimento de todas as regras legais aplicáveis pela Autarquia em termos de gestão financeira, realçando o fecho de contas com um resultado financeiro positivo, saída da situação de excesso de endividamento e as boas execuções orçamentais. Tudo isto demonstra a boa gestão dos recursos da Autarquia, apesar de todas as limitações que derivam da situação de pandemia.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** usou da palavra para fazer referência à última Assembleia Municipal, onde foi aprovada a autorização do *leasing* para a aquisição das viaturas elétricas, dando conhecimento que esse processo já foi visado pelo Tribunal de Contas e em breve irão fazer a aquisição das mesmas. -----

-----Aproveitou, ainda, para esclarecer outra questão abordada na última Sessão da Assembleia, que diz respeito ao contestar o número de alterações orçamentais, e nesse sentido, disse que se vive em tempos imponderáveis, tempos incertos, de constante imprevisibilidade e de permanente inflação, até os orçamentos feitos por privados são alterados de semana para semana, o que acaba por fundamentar a necessidade de se atualizarem as contas. O Município é a empresa maior do Concelho e fica sujeito a esta mudança constante de preços, para além das competências que assumiram no processo de descentralização. O que significa, que neste momento, não há orçamento que resista a uma realidade em permanente mudança. -----

-----Para terminar, disse ser oportuna a congratulação ao Senhor Deputado José Miguel, é sempre gratificante o sucesso de cada um e, neste caso, espera que seja um passo para patamares mais elevados. Lembrou que também existem celoricenses na alta magistratura e no tecido empresarial, tal como os agricultores que tanto sofrem e que também merecem uma congratulação pelo esforço que estão a fazer, bem como, os Presidentes de Junta que foram eleitos e que também fazem o



seu trabalho com dificuldades. Lembrou, ainda, o Senhor João Paulo Saraiva, do partido socialista, que foi Vice-Presidente da Câmara de Lisboa, remetendo para ele esta memória. -----

-----De seguida, congratulou muito particularmente todo o trabalho realizado pela secção de contabilidade, liderada pelo Técnico José Tavares, pois o processo de evolução das contas é fruto de um trabalho de equipa, de muitos funcionários que nos últimos quatro anos realizaram um trabalho de excelência. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** disse que, obviamente, todos corroboram com as palavras do Senhor Presidente e com a satisfação que todos têm em que o Município esteja na atual situação financeira. -----

-----O Senhor **Deputado Carlos Cunha** começou por dar os parabéns ao Técnico José Tavares e a todos os envolvidos na elaboração da presente Prestação de Contas, um documento difícil, extenso, que foi excelentemente elaborado e que traduz a veracidade da posição financeira em que o Município se encontra. No que toca à dimensão do passivo, é algo que se deve ter em conta, pois sofreu uma redução de um milhão, quarenta e nove mil e um euros face a dois mil e vinte e, na sua maior parte, foi sustentada pelos financiamentos obtidos. Devido à mudança do sistema contabilístico dos rácios, a estrutura financeira, a liquidez, a rentabilidade do Município apresenta um valor de sessenta e sete por cento, em relação ao valor de referência de autonomia financeira que é de trinta por cento. No caso da solvabilidade em que o valor de referência é cinquenta por cento, a Câmara encontra-se nos duzentos por cento, isto quer dizer que o trabalho que a Autarquia está a desempenhar é rigoroso, sério e visa o futuro do Concelho. O chumbo do Orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois, que levou a uma crise política muito grave, nomeadamente para as Autarquias do interior, uma vez que estão a

receber prestações do orçamento em duodécimos referentes a dois mil e vinte e um, situação que será alterada com a aprovação do Orçamento para dois mil e vinte e dois, que irá reduzir as verbas atribuídas pelo Estado. Recordou uma Sessão anterior da Assembleia Municipal, onde apresentou um gráfico de uma montanha, que era o endividamento que esta Câmara tinha enquanto foi governada pelo Partido Socialista e passou a citar a página seis do relatório de gestão: -----

-----“A situação de excesso de endividamento limitou a capacidade de atuação do Município durante vários anos, situação que culminou com a aprovação de um plano de saneamento financeiro em 2017, cujos financiamentos foram obtidos em 2018 que permitiram liquidar dívidas antigas e contribuíram para a substancial redução do excesso de endividamento do Município. A redução foi tal que, em 2021, o Município saiu finalmente do excesso de endividamento, conforme o definido na Lei nº 73/2013 de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das entidades Intermunicipais – RFALEI)...”. -----

-----Como jovem e Deputado Municipal fica orgulhoso, porque vê futuro neste Município a nível económico, de investimento e de obras. Considera que, finalmente, há um futuro para Celorico da Beira e é o Senhor Presidente e toda a sua equipa a concretizá-lo. -----

-----Por último, quis deixar uma pequena citação do livro “O Sermão de Santo António aos Peixes” de Padre António Vieira, datado de mil seiscentos e cinquenta e quatro: -----

-----“No quinto capítulo Santo António cita aos peixes uma censura a quatro criaturas marinhas que simbolizavam os pecados ou vícios humanos condenáveis. Essas quatro criaturas eram os roncadores, os pegadores, os voadores e o polvo”. -----

-----Explicou que o polvo é caracterizado por ter tentáculos, um corpo mole, camuflado e sem espinha dorsal, considera-se uma criatura duvidosa. Por outras palavras, pode utilizar a sua camuflagem conforme a posição em que se encontra. Assim, fez um apelo à bancada do PS, que

sempre votou a favor de orçamentos ruinosos para a Câmara Municipal, que contribuíram para anos de excesso de endividamento, para que com toda a honestidade e dignidade, sejam responsáveis e votem a favor desta prestação de contas. -----

-----Após cumprimentar todos os presentes, o Senhor **Deputado José Miguel** agradeceu as palavras generosas e o honroso voto que lhe foi dirigido, agradeceu em particular à bancada do PS que o propôs, mas agradeceu igualmente a todos aqueles que o votaram. Disse que da sua parte tudo fará para que com o seu trabalho e integridade possa honrar a sua gente e a sua terra. -----

-----Continuou dizendo que no presente dia em que se submete à apreciação e votação as contas de gerência do Município relativas ao ano de dois mil e vinte e um, é a parte do momento de aprovação do orçamento, que para si, é um dos momentos chave na vida financeira do Município. Já não se trata de prever receitas ou projetar despesas, mas sim de analisar e escrutinar aquilo que foi, efetivamente, feito ao longo do ano financeiro transato. É inegável o trabalho depositado na elaboração do presente relatório, o arrimo formal e sistemático com que o mesmo foi executado, no entanto uma análise atenta e dilatada do mesmo permite-lhe concluir que há algumas conclusões surpreendentes em termos de materialidade. O presente relatório de prestação de contas demonstra que as melhorias da saúde financeira do Município, que tanto viu serem apregoadas, não resultam propriamente de uma execução orçamental extraordinária, antes da já conhecida e, também, aqui parcamente mencionada, renegociação da dívida, ou seja, se atentarem nos vários rácios liquidez e solvabilidade percebem que a performance financeira não foi notável, aquilo que foi decisivo foi a renegociação da dívida a qual permitiu diluir o pagamento da mesma ao longo de mais ciclos financeiros e assim aliviando o impacto financeiro em cada ano civil e financeiro. Mas a dívida, importa frisar, independentemente do seu responsável, pois todos

tiveram a sua cota parte de responsabilidade, continua, pesa é menos em cada ano, porque se encontra mais diluída no tempo. Aquilo que lhe parece importante é que o Executivo possa esclarecer à Assembleia Municipal um conjunto de temas que passou a enunciar: -----

----- Em primeiro lugar pretendeu ser esclarecido quanto ao Mapa de Fluxos de Caixa que consta deste relatório, pois se todos se recordam, na última Assembleia Municipal, questionou a razão pela qual o mesmo foi apresentado a votação, quando o adequado seria apresenta-lo no mesmo dia da Prestação de Contas. Tanto mais que o Mapa que foi apresentado em fevereiro é diferente daquele que é agora apresentado. E nesse sentido pretendeu saber o que é que fazem ao outro, se fica revogado pela presente aprovação. Recorda-se, de na altura, ter questionado a razão da dupla apresentação e se o mesmo iria ser igual. Lembra-se que o Dr. José Tavares disse que seria igual, ainda que passível de ligeiros ajustes. De todo o modo, reforçou a sua questão, sobre a razão pela qual o Mapa de Demonstração de Fluxos de Caixa foi apresentado para votação em fevereiro. -----

-----Por outro lado, a existência de pagamentos em atraso no montante de trinta e dois mil cento e quarenta e oito euros tem impacto na celebração de novos contratos e na assunção de novos compromissos plurianuais e, portanto, a sua questão é saber se esses contratos e a assunção de novos compromissos plurianuais estão ou não a ser impactados pelos pagamentos em atraso. Quanto ao património imobiliário existem dúvidas, uma vez que a certificação legal de contas tece reservas quanto à inventariação física integral do património, não sendo possível assegurar que todo o património imobiliário do Município se encontre registado e devidamente valorizado. Portanto, não se sabe se há património que não está inventariado, não se sabe se está dupla ou triplamente inventariado, como acontece noutros Municípios, o que pode ter um impacto na sobrevalorização dos ativos. Questionou, porque é que se mantém esta irregularidade na inventariação do património, tanto mais

que o Município anunciou há pouco tempo o Balcão Bupi, que é um balcão de cadastro dos prédios rústicos e o Município não é capaz de cadastrar o seu próprio património imobiliário desde há muitos anos a esta parte.-----

-----De seguida, referiu que como é assumido no relatório, os Municípios desde dois mil e vinte que se encontram obrigados a apresentar contas no sistema de normalização contabilística das administrações públicas, vulgarmente conhecido como SCN-AP e o parecer do Revisor Oficial de Contas salienta precisamente que há insuficiências de reporte face às exigências do novo normativo contabilístico. Portanto, se já é uma obrigatoriedade desde dois mil e vinte, questionou porque é que em dois mil e vinte e dois, reportado a dois mil e vinte e um, o Município ainda não cumpre totalmente normas contabilísticas entretanto aprovadas. Por outro lado, verifica-se um acréscimo de gastos, superior ao acréscimo de rendimentos, se compararem dois mil e vinte, com dois mil e vinte e um, pode-se concluir que em dois mil e vinte e um, ano de eleições, ocorreu um aumento de gastos em serviços de transporte de setenta e oito por cento, alojamento e restauração setenta e seis por cento, publicidade, comunicação e marketing aumento de cento e trinta e sete por cento, transporte de pessoal aumento de noventa por cento. Por consequência, pretendeu saber o que é que justifica estes aumentos. Por outro lado, na rubrica transferências e subsídios concedidos verifica-se que, de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um, ocorreu um aumento vertiginoso de subsídios para Associações, Juntas de Freguesia e Instituições. Em dois mil e vinte, aquelas transferências cifraram-se em doze mil e quinhentos euros, enquanto que em dois mil e vinte e um totalizaram cento e oitenta e três mil e quinhentos euros, como a pandemia não pode ser “bode expiatório” para tudo, questionou porque é que estas transferências aumentaram quase quinze vezes comparando os dois períodos homólogos. Será que também se deve ao facto de dois mil e vinte e um ter sido um ano de eleições.-----

-----Por fim, pretendeu obter esclarecimentos relativamente aos créditos incobráveis em vendas de bens e serviços que se encontram na rubrica perdas por imparidades, as quais não são muito elevadas, mas também aumentaram cento e quatro mil euros relativamente ao período homólogo. O presente Executivo tem feito bandeira do pagamento pontual aos credores e o pagamento tempestivo das suas dívidas e, portanto, é de louvar a imagem de bom pagador que o Município tem passado, mas também o preocupa o erário público. Logo, aquilo que ousa questionar é porque é que o Município é apenas bom pagador e não um bom cobrador. Assim sendo, pretendeu saber quem são os devedores do Município que se encontram com créditos incobráveis e que estratégia é que tem sido seguida para que o Município, para além de bom pagador, possa também ser bom cobrador. -----

-----Relativamente à renegociação da dívida o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que, obviamente, isso era o que tinha de ser feito e continuarão a fazê-lo se essa for a melhor solução. Desta forma, a mensalidade do Município, que era bastante pesada deixa margem para outras intervenções. Contudo, há alguns compromissos a ter em conta e que têm de cumprir obrigatoriamente na própria liquidação da dívida, que contribui para essa redução. Quer se queira ou não, dois mil e vinte e um foi um ano de pandemia, que não explica tudo, mas muitos dos custos e dos gastos devem-se de forma direta e indireta à pandemia. -----

-----No que diz respeito aos transportes, é uma situação bastante delicada, todos os municípios em conjunto com a CIM estão a tentar arranjar uma solução. Na verdade, para Lisboa, são atribuídos milhões de euros para passes e para o interior vêm apenas tostões. Acontece que houve um aumento exponencial dos custos da Autarquia com as empresas de transporte, até mesmo para assegurar os transportes escolares e, também, as empresas têm praticado algum tipo de “chantagem”. Assim, os serviços que eram assegurados pelos passes dos estudantes, agora são

as Câmaras que estão a assegurar a maior parte dos custos de transporte, o que equivale a centenas de milhares de euros por ano. Possivelmente, a causa mais profunda pode ter sido a pandemia, mas os fatores do preço da interioridade e da baixa densidade populacional, também contribuíram. -----

-----Relativamente aos credores, procuram cumprir os prazos de pagamento, tanto quanto possível, sendo que, por vezes, até antecipam, porque as pessoas manifestam as suas dificuldades, no entanto na maior parte dos casos pagam a trinta dias. Há um esforço visível e significativo da situação financeira do Município que, globalmente considera bastante positivo. -----

-----De seguida passou a palavra ao Técnico José Tavares. -----

-----O Técnico começou por explicar que o impacto nas contas do Município relativamente à renegociação da dívida é simplesmente no sentido de aligeirar a tesouraria do Município, porque vai pagar menos juros e menos de amortização do que aquilo que pagava antes. Mas a nível do endividamento até é pior, porque vão estar a amortizar menos dívida, ou seja, se tivessem mantido os empréstimos anteriores, neste momento a dívida do Município era ainda inferior à que realmente se verificou, porque estariam a amortizar mais. A renegociação da dívida é, não pondo em causa a questão do cumprimento dos limites de endividamento do Município, tentar poupar ao Município algum valor e estes empréstimos de substituição de dívida foram visados pelo Tribunal de Contas e uma das garantias e dos aspetos que analisam é a perspetiva global dos empréstimos que tinham, dos que vão contrair e verificar em qual situação estão a pagar mais ou menos, porque se, no global, pagassem mais nos empréstimos de substituição de dívida o Tribunal de Contas não os visava. A redução de taxas foi tão grande que mesmo com o alargamento do prazo, o Município no cômputo geral vai pagar muito menos e a nível de impacto nas contas não tem impacto praticamente nenhum, a não ser na

tesouraria do Município que acaba por ter mais verba para liquidar outras áreas. -----

-----Ao nível dos Fluxos de Caixa, esclareceu que no passado os saldos de gerência eram aprovados só com a aprovação das contas e fazia-se uma revisão orçamental em simultâneo. Acontece que agora havia Municípios que estavam desde janeiro até abril com dívida por transitar do ano anterior, porque não tinham orçamento para a carregar, apesar de terem saldo no banco, não tinham era orçamento para poderem transitar essas dívidas e poderem liquidá-las. Sucede que desde dois mil e vinte que o Orçamento de Estado prevê a possibilidade de antes da aprovação de contas, poder aprovar apenas o Mapa de Fluxos de Caixa e, dessa forma, dotar o orçamento para poder fazer face às despesas que eventualmente tiver no início do ano, porque de facto, o Município estava a abdicar, até abril, de um valor, bastante elevado o que não seria uma boa gestão. A partir do momento em que está fechada a tesouraria, pode ver-se os fluxos de caixa, aprovar o mapa, carregar e dotar o orçamento com o saldo de gerência. Em termos de estrutura do mapa fica válido o que presentemente está a ser aprovado, em conjunto com as contas de gerência. Relembrou que, na anterior Sessão fez essa salvaguarda, que poderia haver ajustes a nível da estrutura do documento, mas no global iriam manter-se os valores e foi o que aconteceu. No entanto, ao fazerem a *chek list* da consistência da conta, verificaram a existência de rubricas no Mapa de Fluxos de Caixa que não batiam certo com os Mapas Orçamentais, devido às aplicações informáticas que fazem uma distribuição automática de valores que nem sempre é a correta e acabam por ter de os retificar. -----

-----Ao nível dos pagamentos, de facto o Município tem um valor pequeno de pagamentos em atraso, são situações que resultam de dívidas bastante antigas, mas que não puderam ser incluídas no plano de saneamento financeiro, por diversos motivos ou porque não conseguiram confirmar com as entidades, porque são dívidas de dois mil e um e dois mil



e três, e muitas dessas entidades já nem existem, para além de que não sabem, se unilateralmente podem anular essas dívidas, estando a situação a ser analisada pelo Gabinete Jurídico do Município. Efetivamente há um montante residual de pagamentos em atraso, que obrigam ao cumprimento do que está na Lei dos compromissos. -----

-----Em termos de compromissos plurianuais a competência de aprovação é da Assembleia Municipal estando já contemplado, nas diversas rubricas, um valor plurianual aprovado aquando o orçamento. Sendo que para a despesa corrente existe um limite no montante de cem mil euros que é da competência do Presidente da Câmara. -----

-----De seguida, disse que o património do Município não é só mobiliário, existe um conjunto muito vasto de património, dando como exemplo as condutas de água e até mesmo outras infraestruturas bastante antigas que não estão valorizadas e o que é feito anualmente é um levantamento progressivo. O Revisor faz essa reserva relativamente ao património, porque é impossível saber o impacto das grandes infraestruturas. Todas estas questões terão de ser analisadas, eventualmente, por uma comissão externa de avaliação, porque o Município não pode valorizar o seu próprio património. Em relação às notas do Revisor sobre a fiabilidade da informação, é, especificamente, referente aos mapas que saem da aplicação financeira, não é culpa do Município, é da entidade que fornece o *software*, porque em alguns mapas não fornecem a informação automática. Acontece que, nessas situações, os mapas têm de ser refeitos manualmente para colocarem a informação que falta e depois inclui-los nas contas de gerência. Toda a informação está nos termos do que o SNC-AP obriga e a implicância é que nalguns mapas, principalmente nas demonstrações financeiras, existe um campo que é das notas, onde se vão ver os critérios para chegarem a um determinado valor. A AIRC, que é quem nos fornece o *software* nem se quer dá a opção de se incluírem essas notas, acabando por ser feito de modo manual. Portanto, é a essas limitações que o Revisor se refere, o que acaba por ser um preciosismo,

tendo em conta que toda a informação que foi solicitada foi-lhe enviada de acordo com o SNC-AP.-----

-----Em relação ao aumento dos gastos, face ao aumento dos rendimentos, o Senhor Presidente já falou no essencial, que é a questão dos transportes que acaba por ser um aspeto bastante discutido. Sobre a competência da gestão dos transportes que foi atribuída à CIMBSE, disse que as transportadoras, desde o ano transato, estão a cobrar compensações por *deficits* tarifários, dado que as empresas que operam no Concelho têm prejuízo e segundo a Lei têm o direito de solicitar esses incentivos financeiros mediante alguns condicionalismos. No entanto, o valor dos transportes escolares e públicos aumentou no ano anterior e vai aumentar ainda mais este ano devido à informação financeira que a CIM está a receber por parte das empresas. No Município, historicamente, ao contrário de outros, nunca foram cobradas compensações. -----

-----Em relação à questão da rubrica das transferências concedidas, esclareceu que foram deliberadas em reunião de Executivo para serem distribuídas pelas Freguesias, para particulares e para situações de apoio social. Mais comunicou que, todas estão listadas no Mapa das Transferências anexo à Prestação de Contas.-----

-----Por fim, esclareceu que os créditos incobráveis e as respetivas imparidades dizem respeito, essencialmente, à cobrança da água. Esta é uma questão que tem de ser analisada pela própria secção responsável por este serviço em conjunto com o Senhor Presidente. Disse que, na sua opinião, os créditos incobráveis que estão registados com mais de seis meses devem ser considerados prejuízo e devem ser eliminados das contas, porque, efetivamente, para as prestações de serviços com mais de seis meses, se não for aberta uma impugnação judicial, o devedor só procede ao pagamento se quiser. Considera que, dever-se-ão implementar mecanismos de forma a evitar estas situações. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** esclareceu que o BUPI – Balcão Único do Prédio, diz respeito a prédios rústicos e mistos, portanto não iria de todo resolver a situação relativamente ao cadastro do património imobiliário do Município.-----

-----O Senhor **Deputado José Miguel** agradeceu ao Técnico o esclarecimento de algumas questões, outras resultam simplesmente de diferendos dos normativos aplicáveis, como o Mapa dos Fluxos de Caixa que crê que resulta de uma interpretação diferente da Lei de Execução do Orçamento.-----

-----Quanto à inventariação do património imobiliário, como disse o Técnico, é difícil, no entanto é exigida, nem que seja com recurso a uma equipa externa.-----

-----Em relação às normas contabilísticas, da forma como foi mencionado, pareceu-lhe que é uma questão de *software*, portanto que se adquira e, seja priorizada, para o cumprimento de obrigações legais que o Município tem de cumprir.-----

-----O Técnico esclareceu que relativamente aos Fluxos de Caixa, não tem dúvidas sobre a questão, todos os Municípios o fazem e está previsto nos Orçamentos de Estado, portanto não estão em incumprimento.-----

-----Relativamente à questão do *software*, não tem a ver com a questão de custos, tem sim com o próprio software. Tem existido uma evolução, mas ainda há aspetos a melhorar. A nível de solução informática, segundo a experiência e informação que tem, o pacote que é fornecido pela AIRC é um dos melhores a nível nacional na gestão Autárquica.-----

-----**Submetidos os documentos de Prestação de Contas de 2021 a votação, a Assembleia Municipal deliberou aprovar os mesmos, por maioria, com vinte e um votos a favor, quatro abstenções e sete votos contra.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----**5. APROVAÇÃO DA REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS**-----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a Reorganização dos Serviços Municipais, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que este assunto, na prática, vai trazer aos serviços uma maior organização, mais eficiência nos processos, eficácia, simplificação e uma maior rentabilidade. Basicamente, este assunto diz respeito a divisões com chefias intermédias, que têm como finalidade absorver um conjunto de serviços, gabinetes e competências de forma a melhorar. Assim, acabaram por estruturar a orgânica da Câmara em três divisões, com chefes de divisão e com cinco chefias intermédias. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e quatro votos contra, aprovar o modelo de “Estrutura Orgânica Hierarquizada” como tipo de estrutura orgânica, o projeto de Regulamento da Organização dos Serviços Municipais, definir o número máximo de três unidades orgânicas flexíveis de 2º grau e de cinco unidades orgânicas flexíveis de 3º grau, definir o número máximo de trinta e quatro subunidades orgânicas, bem como aprovar o Regulamento dos cargos de direção intermédia de 3º grau, nos termos do artigo 4º da Lei 49/2012, de 29 de agosto com as alterações que lhe foram introduzidas.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----**6. APROVAÇÃO DA 2ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL 2022** -----

-----Sobre o assunto em título, foi colocada à discussão e aprovação deste Órgão a 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão. -----

-----Sobre o assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** clarificou que na sequência do que foi dito anteriormente, todo este processo implica que haja uma alteração do mapa de pessoal, que tem de ficar devidamente orçamentado, tendo em conta que vão criar serviços e cargos novos, para responder ao novo organograma da Câmara Municipal.

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e quatro votos a favor, duas abstenções e seis votos contra, aprovar a 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2022, dando cumprimento às disposições previstas na alínea ccc), nº 1, art.º 33º. conjugado com a alínea o), nº 1 art.º 25º, ambos do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, alterada, e com a alínea a), nº 2, art.º 3º, do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, na sua atual redação.** -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade. -----

-----**7. APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO PARA A ENERGIA SUSTENTÁVEL E CLIMA (PAESC) DA ALDEIA HISTÓRICA DE LINHARES DA BEIRA** -----

-----Sobre o assunto em título, foi colocado à discussão e aprovação deste Órgão o Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC)

da Aldeia Histórica de Linhares da Beira, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que este assunto vai no sentido de dotar as Aldeias Históricas com energias não poluentes. Inclusivamente, em Castelo Novo já foi implementado um programa de carros elétricos e, estando a Aldeia Histórica de Linhares integrada num desses programas, já têm agendada uma reunião que visa todo um processo de sustentabilidade e de melhoria em termos de poluição.-----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano de Ação para a Energia Sustentável e Clima (PAESC) da Aldeia Histórica de Linhares da Beira.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----**8. TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO**-----

-----Foi presente para conhecimento da Assembleia Municipal, o Despacho nº 3599/2022, de 25 de março, acompanhado de lista nominativa de trabalhadores a exercerem funções no Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, que transitam para o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Celorico da Beira, no âmbito da Transferência de Competências no domínio da Educação, conforme documento, cuja cópia se anexa a esta ata (7), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta sessão.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que este assunto traz alguma preocupação para o Município, contudo é uma

realidade. No dia um de abril era para assumirem as competências da Educação e da Ação Social, porém, o prazo da transferência da Ação Social foi prorrogado até à data de um de janeiro de dois mil e vinte e três, porque a Segurança Social tem de dar formações aos técnicos para poderem trabalhar com as plataformas. Inicialmente é preciso um trabalho técnico e adquirir conhecimentos para poderem assumir essa competência, embora a intenção seja a de exercer as mesmas assim que reúnam as condições necessárias. -----

-----No que concerne à Transferência da Educação, essa era obrigatório que a um de abril já houvesse a assunção de competências. Reuniram com o Agrupamento de Escolas e estiveram em articulação não só com a Direção como também com a DGESTE, assim como com os vários agentes e funcionários envolvidos, uma vez que todo o pessoal não docente passa a ser da responsabilidade da Câmara Municipal. A partir deste momento, os vencimentos são pagos através da Autarquia, mas a orgânica será da responsabilidade da escola. A Câmara fica também, com a responsabilidade dos edifícios e da cantina. -----

-----Por fim, disse que espera que tudo evolua de forma normal, mas isso só acontecerá se houver uma boa ligação entre a Autarquia e o Agrupamento. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram dezoito horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

----- A Presidente da Mesa -----

----- A Primeira Secretária -----

-----O Segundo Secretário -----  
-----